

**PLANNER SOCIEDADE DE
CRÉDITO DIRETO S.A.**

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

31 de março, 2025

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em conformidade com as normativas legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o relatório semestral das demonstrações contábeis da Planner Sociedade de Crédito Direto S.A., relativo ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, que inclui notas explicativas e o parecer do auditor independente.

Resultados Financeiros

O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 12 mil no ano

Gestão de Riscos e Capital

De acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, através das Resoluções nº 4.557/17 e nº 4.968/21, nossa corretora mantém um sistema de gestão de riscos e de capital rigorosamente alinhado às nossas operações, assegurando a adequação e suficiência dos limites operacionais.

Evolução Estratégica

Reforçamos nosso compromisso com a expansão da SCD desde a disponibilização pelo Banco Central do PIX e finalizamos 2024 com propostas efetivas de prestação de serviço de arrecadação específicas para algumas prefeituras, para atuar a partir dos recebimentos de munícipes dos tributos municipais, a partir da emissão eletrônica via plataforma dos boletos, serviço a iniciar em fevereiro de 2025.

Conclusão

Nosso comprometimento com a integridade operacional e o desenvolvimento contínuo nos capacita a superar desafios e maximizar oportunidades, visando sempre o benefício de nossos clientes e stakeholders.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras supervisionadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

GBS-218/25

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2025.

UHY BENDORAYTES & Cia
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091330/O-5

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1000

A T I V O	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		12.052	21.498
DISPONIBILIDADES	4	2.764	15
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		9.187	21.432
Títulos e valores mobiliários	5	9.046	20.764
Operações de crédito	6	141	668
OUTROS ATIVOS		101	51
Outros créditos - Diversos		101	51
NÃO CIRCULANTE		-	289
INTANGÍVEL	7	-	289
Ativos Intangíveis		-	289
TOTAL DO ATIVO		12.052	21.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

Valores em R\$ 1000

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		6.325	16.072
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.271	15.888
Depósitos	8	6.271	15.888
OUTROS PASSIVOS		54	184
Sociais e estatutárias		1	72
Fiscais e previdenciárias		32	63
Diversas		21	49
NÃO CIRCULANTE		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.727	5.715
Capital:	9.1	5.100	5.100
De Domiciliados no país		5.100	5.100
Reservas de lucros	9.2	627	615
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.052	21.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1000

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		735	1.549	1.123
Operações de crédito		45	106	309
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10	690	1.443	814
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	-	163
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		-	-	163
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		735	1.549	1.286
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(533)	(1.246)	(1.142)
Receitas de prestação de serviços	11	216	362	449
Outras despesas administrativas	12	(696)	(1.570)	(1.228)
Despesas tributárias	13	(71)	(137)	(120)
Despesas com provisões		-	-	(163)
Outras receitas operacionais		25	106	10
Outras despesas operacionais		(7)	(7)	(90)
RESULTADO OPERACIONAL		202	303	144
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	14	-	(289)	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		202	14	144
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	(2)	(2)	-
Provisão para imposto de renda		(1)	(1)	-
Provisão para contribuição Social		(1)	(1)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		200	12	144
Nº de ações :		3.697.402	3.697.402	3.697.402
Lucro/(Prejuízo) por açãoR\$		0,05	0,00	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	200	12	144
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	200	12	144

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1000

	Semestre de 01/07/24 a 31/12/24				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	5.100	51	564	(188)	5.527
Lucro líquido do semestre	-	-	-	200	200
Destinações:	-	-	12	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	12	(12)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	5.100	51	576	-	5.727
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	12	188	200

	Exercício de 01/01/24 a 31/12/24				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	5.100	51	564	-	5.715
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12	12
Destinações:	-	-	12	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	12	(12)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	5.100	51	576	-	5.727
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	12	-	12

	Exercício de 01/01/23 a 31/12/23				
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	5.100	44	434	-	5.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	144	144
Destinações:	-	7	130	(144)	(7)
Dividendos propostos	-	-	-	(7)	(7)
Reserva Legal/Estatutária	-	7	-	(7)	-
Reserva especial de lucros	-	-	130	(130)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	5.100	51	564	-	5.715
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	7	130	-	137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1000

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre e exercício	200	12	144
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	-	-	(163)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	163
Provisão de impostos no resultado	2	2	-
Baixa de intangível no resultado	-	289	-
	<u>202</u>	<u>303</u>	<u>144</u>
Varição de Ativos e Obrigações	(6.409)	2.517	(371)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	1.279	12.245	(15.184)
(Aumento) redução de outros ativos	(3)	(13)	(19)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(7.669)	(9.617)	14.914
Aumento (redução) em outros passivos	(16)	(61)	(19)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(37)	(63)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(6.207)	2.820	(227)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões líquidas no intangível	-	-	(289)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(289)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Lucros pagos	(64)	(71)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(64)	(71)	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(6.271)	2.749	(516)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	9.035	15	531
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>2.764</u>	<u>2.764</u>	<u>15</u>

A DIRETORIA

IGNIS CONTÁBIL LTDA.

Moises Gonçalves

Contador CRC 1SP-213.033/O-8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Planner Sociedade de Crédito Direto S.A., denominada de (“Sociedade”), controlada pela Planner Holding Financeira S.A., controlada pelo grupo B100 controlado pela holding B100 Controle e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21 de março de 2003 e convertida para Sociedade Crédito Direto em 05 de setembro de 2022, localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo, tem por objetivo principal a realização de operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do CMN e BACEN e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, foi considerada a Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 onde foi acrescentada nas demonstrações financeiras da Instituição a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

b. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. **Demais ativos circulantes e não circulantes**

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. **Passivos circulantes e não circulantes**

- **Demais passivos circulantes e não circulantes** - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços; e
- **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e. **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$ 240 no ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

f. **Ativos, passivos contingentes e outras obrigações**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)**

financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- **Obrigações legais** - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

g. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

h. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

i. Resultado recorrente e não recorrente

A Sociedade considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com as atividades típicas da Sociedade. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve resultado não recorrente. Em 2023 o resultado não recorrente foi de R\$ 289 decorrente do reconhecimento de perda do ativo intangível - vide nota 14.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

j. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações em títulos de renda fixa, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	2.764	15
Depósitos Bancários	1	2
Reserva livres - SPB Bacen	2.763	13
Total de caixa e equivalente caixa	2.764	15

5. Títulos e valores mobiliários

a. Descrição dos procedimentos de classificação e avaliação

Os títulos estão classificados em sua totalidade como “Títulos disponíveis para negociação” e “Títulos disponíveis para venda”.

b. Composição

	Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante					
Carteira própria				2.215	2.214
Letras Financeiras do Tesouro	De 01/09/2024	-	-	1.884	1.883
Cotas de fundo de investimento	Sem Vencimento	360	360	331	331
Vinculados a garantia		8.686	8.686	18.559	18.550
Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2025	8.686	8.686	18.559	18.550
Total		9.046	9.046	20.774	20.764

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

Cotas de fundos de investimento: A Sociedade investe no Planner Max Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior, Fundo que apresentou uma rentabilidade aos cotistas acima de 117% do CDI no decorrer do exercício de 2024 (cotas 12,8% x 10,8% de 100% CDI) por meio de aplicações em ativos de crédito privado. As cotas do fundo investido foram atualizadas pelo respectivo valor justo da cota, no último dia útil do exercício. E, estão custodiadas no Administrador do fundo integrante da carteira.

6. Operação de crédito

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 as operações de crédito estavam classificadas como nível de risco AA e H, que estão compostas como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Empréstimo	304	831
Provisão para operação de crédito - PDD (a)	(163)	(163)
	<u>141</u>	<u>668</u>

(a) PDD refere-se a um único tomador, antigo prestador de serviço da antiga SCM - Juventus Corretora de Seguros, cujo processo de cobrança judicial teve inicial distribuída em 21 de agosto de 2023.

7. Intangível

Refere-se ao desenvolvimento do Aplicativo **Planner SCD** para as plataformas Android, IOS e portal WEB, para implantação da Conta Digital. No primeiro exercício de 2024 foi realizada a baixa do intangível, de acordo com a decisão da Administração [vide NE 14].

8. Depósitos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante		
Recurso disponível de clientes	6.271	15.888
	<u>6.271</u>	<u>15.888</u>

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social de R\$ 5.100 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2023) está representado por 3.697.402 (3.697.402 em 31 de dezembro de 2023) ações

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizada na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

9.2. Reservas

Em 31 de dezembro de 2024 as reservas são compostas por: Reserva Legal no montante de R\$ 51 (R\$ 51 em 31 de dezembro 2023); e o saldo de Reservas Especiais de Lucros no montante de R\$ 576 (R\$ 564 em 31 de dezembro de 2023).

9.3. Dividendos

Em 18 de Agosto de 2024, foram efetivamente pagos aos acionistas R\$ 64,9 de Dividendos relativos aos exercícios de 2021 (R\$ 17,4) e ao exercício de 2022 (R\$ 47,5). Para o exercício de 2023 não foi apurado resultado positivo e não foram pagos dividendos.

10. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2°Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	186	270	-
Rendas de títulos de renda fixa	481	1.131	761
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	23	42	44
Desvalorização de títulos livres	-	-	9
	690	1.443	814

11. Receita de prestação de serviços

	2°Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas com Taxa de Abertura de Crédito (TAC)	172	281	382
Comissões por indicação de clientes	-	-	10
Rendas de outros serviços	44	81	57
	216	362	449

12. Outras despesas administrativas

	2°Sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com processamento de dados (a)	(525)	(1.057)	(939)
Despesas com publicação	(2)	(2)	(6)
Despesas com relações públicas	-	-	(8)
Serviços bancários e custódia de TVM	(25)	(31)	(81)
Assessoria técnica	-	-	(80)
Despesas com serviços técnicos especializados	(142)	(462)	(104)
Outras despesas administrativas	(2)	(18)	(10)
	(696)	(1.570)	(1.228)

(a) Estas despesas referem-se à contratação do legado SINQUIA.

(b) Estas despesas referem-se às comissões de intermediação sobre saldo mantido em conta escrow (garantia de outros ativos).

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. Despesas tributárias

	<u>2° Sem/24</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas com ISS	(11)	(18)	(22)
Despesas com COFINS	(47)	(97)	(79)
Despesas com PIS	(9)	(17)	(15)
Outras despesas tributárias	(4)	(5)	(4)
	<u>(71)</u>	<u>(137)</u>	<u>(120)</u>

14. Resultado não operacional

	<u>2° Sem/24</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Despesas de processamento de dados	-	(289)	-
	<u>-</u>	<u>(289)</u>	<u>-</u>

No primeiro exercício de 2024 foi realizada a baixa do intangível, referente aos gastos com desenvolvimento do Aplicativo Planner SCD.

15. Demandas judiciais

No decorrer de suas atividades operacionais, a Sociedade está exposta a riscos tributários, trabalhistas e previdenciários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade não estava envolvida em nenhum processo com risco classificado entre provável e possível dos quais houvesse a necessidade de registro contábil ou divulgação em nota explicativa, respectivamente, em observâncias as práticas contábeis aplicáveis.

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as partes relacionadas da Sociedade são:

- Planner Corretora de Valores S.A.
- Planner Holding Financeira S.A.
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não havia transações em aberto com partes relacionadas.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não ocorreram remunerações às pessoas chave da Administração durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	14	14	144	144
Base de cálculo	<u>14</u>	<u>14</u>	<u>144</u>	<u>144</u>
Adições/(exclusões):				
Desvalorização de títulos livres	-	-	-	-
Despesas indedutíveis	-	-	-	-
Ajuste de marcação a mercado	(5)	(5)	(6)	(6)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	-	-	(173)	(173)
Lucro real	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>
(-) Compensação de prejuízo fiscal	<u>9</u>	<u>9</u>	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>
Adições/(exclusões):				
Encargos de 15% IRPJ + 10% de adicional de IR	(1)	(1)	-	-
Encargos de 9% CS c	(1)	(1)	-	-
Total de IRPJ e CSLL	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>

18. Limites operacionais

A Sociedade, em conjunto com a Planner Corretora de Valores S.A., adota o critério de patrimônio líquido consolidado, junto a sua controladora (Planner Holding Financeira S.A.) para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. O Índice calculado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 é de 8,32% (10,79% em 31 de dezembro de 2023), impactado principalmente pelos resultados negativos da Corretora no último trimestre do ano, reduzindo o Patrimônio de Referência que suporta um RWA total de perto de R\$ 185 milhões. Desse número, perto de 94% (R\$ 174 milhões), é representado pelo *RWAOpad* (Risco Operacional mediante Abordagem Padronizada sobre as Receitas de Operacionais) que é a média das rendas nas diferentes linhas de negócios de 3 anos, e que ainda tem impactos adicionais sobre as receitas decorrentes da venda da carteira PF ao BTG, em 2022. O componente a ser aplicado ao 1º Semestre de 2025, que leva em consideração a média entre 2º Sem/23, 2º Sem/23 e 2º Sem/22, novo *RWAOpad* estimado, será de R\$ 157 milhões, com RWA total perto de R\$ 166 milhões, reenquadrando nosso índice.

19. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço <https://www.planner.com.br/demonstrativos-financeiros/>, no site da Planner Corretora de Valores S.A.

Visando o atendimento à Resolução CMN nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, a Sociedade, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

Risco de Liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Sociedade adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

20. Outros assuntos

Plano de implantação - Resolução CMN nº 4.966/2021

Em novembro de 2021, o CMN publicou a Resolução nº 4.966/21, que estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos. A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A nova prerrogativa requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

Dentro do plano de adequação de dezembro de 2022, estabelecemos alguns dos ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Identificamos a revisão no ambiente de sistemas, principalmente com a contratação de um legado que propicie um melhor gerenciamento, desde a captura, fazendo a avaliação de crédito (mediante políticas), o controle do carregamento das operações (mesmo quando cedidas a mercado) e a prática de mensuração das provisões para perdas esperadas, ainda que se utilizando dos mesmos preceitos da 2.682/99 em paralelo até que se obtenha um modelo mais eficiente de provisão.

Em maio de 2023, iniciou-se uma célula de trabalho independente, ainda compartilhando da mesma instalação física da Corretora mas com profissionais dedicados a atuação específica do novo *core* criado, especificamente em Tesouraria para dar andamento a homologação no Sistema de Pagamento Instantâneo - *PIX* do Banco Central e maior conformidade as liquidações entre terceiros (emitentes e cedentes da CCBs), Crédito, para parametrização das exigências para análise de clientes (seja para a carteira própria ou para carteira de terceiros), Processos para parametrizar os fluxos operacionais e manualização de procedimentos dos novos produtos financeiros a serem disponibilizados e TI com foco na entrega completa dos módulos do legado operacional Sinquia.

Desde maio de 2024, o *PIX* passou a ser utilizado pelos clientes.

Adicionalmente, internamente foi desenvolvido um material de Manual de Procedimentos e Critérios para Provisão de Devedores Duvidosos (PDD), com o objetivo de estabelecer, informar e ter um controle de qualidade acerca das novas regras. Neste estudo, são abordados os seguintes tópicos a respeito da nova resolução: 1) Introdução; 2) Responsabilidades; 3) Mapeamento do Processo de

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)**

PDD; 4) Descrição de procedimentos críticos; 5) Riscos Operacionais; 6) Controle de Registros, e; 7) Controle de Revisões.

A Administração, após a avaliação da Resolução CMN nº 4.966/2021, entende que não haverá impactos nas suas respectivas demonstrações financeiras e não haverá necessidade de investimento em tecnologia/pessoal, considerando que a aplicação do caixa da Sociedade concentra-se basicamente em investimento direto em títulos de renda fixa Federais (LFTs) e, por fim em um fundo de investimento multimercado, que serve como garantia perante a Bolsa (B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). No que tange a Resolução sobre contabilidade de hedge não são aplicáveis à Planner SCD, bem como que suas inovações não trarão impactos na estrutura atual da Sociedade ou na prevista para os próximos 05 anos, ou seja, não ensejam a criação ou a implementação de quaisquer medidas adicionais.

Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionada às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações.

Operações de crédito via aquisição de CCB

A Planner Sociedade de Crédito Direto (“Planner SCD”) tem como uma de suas atividades a estruturação de instrumentos de operações de crédito, agindo como intermediária entre credor devedor, no momento em que o título de crédito (CCB) é emitido em favor de um tomador de recurso. Tal CCB geralmente é adquirida por um terceiro (uma pessoa física, jurídica ou um fundo de investimento).

Em algumas situações, a Planner SCD pode emitir o título e adquirir o mesmo para sua carteira própria, cedendo ao tomador de recursos o crédito para ser pago de acordo com as condições descritas no título de crédito. Estes ativos seguem a metodologia de provisão conforme Carteira 4 (C4) do Anexo I da Resolução BCB nº 352, conforme abaixo:

IV - Carteira (C4)

- a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e
- b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

21. Eventos subsequentes

Notificamos sobre Eventos Subsequentes que não originam ajustes nas demonstrações contábeis, que em 26 de março de 2025, o Banco Central comunicou o registro da modificação na composição societária da ACCREDITO Sociedade de Crédito Direto S.A., com a devida atualização dos MCC (Mapas de Composição de Capital). Essa atualização incluiu a investidora B100 Holding Financeira S.A., que, assim como a Planner SCD, é controlada pela holding B100 Controle e Participações S.A. Dessa forma, foi aprovada pelo regulador, na condição de participante qualificada, a aquisição de 49,99% do capital integralizado da ACCREDITO, que realizada operações de crédito concentrada no produto antecipação de recebíveis, representando uma nova frente de negócios a todo o ecossistema hoje já existente em ambas as Instituições.

A DIRETORIA

IGNIS CONTÁBIL LTDA.
Moises Gonçalves
Contador CRC 1SP 213.033/O-8